



**UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**  
**CURSO DE ENFERMAGEM**

**LETÍCIA MARA CAVALCANTE LIMA**

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM ESTUDANTES: REVISÃO INTEGRATIVA**

**SOBRAL - CEARÁ**

**2024**

LETÍCIA MARA CAVALCANTE LIMA

DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM ESTUDANTES: REVISÃO INTEGRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem do Centro da Saúde da Universidade Estadual Vale do Acaraú, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliany Nazaré Oliveira

SOBRAL – CEARÁ

2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Sistema de Bibliotecas

Lima, Letícia Mara Cavalcante  
DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM ESTUDANTES / Letícia Mara  
Cavalcante Lima. -- Sobral, 2024.

60 f. il. color.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Ph.D. Eliany Nazaré Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação - Universidade  
Estadual Vale do Acaraú, Enfermagem, Centro de Ciências da  
Saúde

1. Racismo. 2. Estudantes. 3. População negra. I. Título.

LETÍCIA MARA CAVALCANTE LIMA

DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM ESTUDANTES: REVISÃO INTEGRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem do Centro da Saúde da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral/CE, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliany Nazaré Oliveira

Aprovado em: 18/06/2024

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Eliany Nazaré Oliveira  
Universidade Estadual Vale do Acaraú

---

Profa. Dra. Maria Socorro Carneiro Linhares  
Universidade Estadual Vale do Acaraú

---

Prof. Me. Gleisson Ferreira Lima  
Universidade Federal do Ceará

## DEDICATÓRIA

A minha mãe, Dionele Cavalcante Lima, que se alegra com as minhas vitórias e me conforta em momentos de aflição; ao meu pai, Sebastião Cavalcante Lima Neto, que sonhou junto comigo esse momento; e a todos que estiveram sempre em meu caminhar.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por ter me permitido chegar até aqui, apesar de tantos percalços pelo caminho, momentos que achava que não ia conseguir, mas vivências também de muitas coisas boas e momentos de alegria.

Aos meus pais, Sebastião Cavalcante Lima Neto, que nunca mediu esforços para me tornar o que eu sou hoje, e Dionele Cavalcante Lima, que sempre fez o possível e o impossível para que todos os meus sonhos se tornassem reais, ao meu irmão, Francisco Leonardo Cavalcante Lima, no qual Deus deu a graça de um grande livramento, muito obrigada por você estar aqui hoje meu irmão, com muita saúde, vigor e testemunho real de que Deus existe. Vocês são a minha vida e eu nunca poderei agradecer a altura de tudo que fizeram e fazem por mim. Neste momento em que estou escrevendo já estou chorando horrores, dia 30 de abril de 2024, e acho que devo estar chorando também presencialmente no dia da apresentação.

Ao meu noivo, Fernando Farrapo Cavalcante, o que mais acreditou em mim, quando eu achava que não iria dar certo, que estudava comigo quando eu queria procrastinar, e que me deu momentos de alegria e carinho quando tudo estava tão saturado. Obrigada por todo incentivo ao longo da minha graduação e da construção deste TCC. Amo você!

A toda minha família, que são meu alicerce, sem eles eu não seria eu. Saúdo cada um de vocês em nome da minha mãezinha, a matriarca da família, guerreira, Dionísia Farrapo Cavalcante.

A minha orientadora, professora Dra. Eliany Nazaré Oliveira, pelas oportunidades concedidas desde o meu primeiro semestre na graduação, quando eu ingressei na famosa LISAM, que eu tanto queria. Tudo foi de grande valia para o meu crescimento acadêmico e profissional e até pessoal também. Obrigada por me abrir tantas portas. Por me ensinar sobre saúde mental, pesquisa científica, extensão e outros âmbitos da vida. O pouco que sei hoje foi devido ao compartilhamento de conhecimento, incentivos e uns sermões, muito obrigada mesmo professora.

Aos meus amigos, Edvania Lopes Vasconcelos, Francisco Douglas Canafístula de Souza, Miguel Victor Teles Ribeiro, por compartilharem seus dias comigo desde o início da graduação até o dia de hoje, fazendo companhia em momentos de fofocas, alegria, tristeza, agradeço imensamente pela nossa amizade, tudo foi mais leve e divertido ao lado de vocês.

Aos meus colegas de turma, a turma mais unida da universidade, por viverem ao meu lado momentos difíceis e, mesmo assim, persistirem até o final. Enfim, vencemos.

À Liga Interdisciplinar em Saúde Mental (LISAM), que foi minha porta de entrada para o mundo da extensão, ensino e pesquisa e ao Grupo de Estudo e Pesquisa Saúde Mental e Cuidado (GESAM), pela parceria e pelo estímulo no desenvolvimento de pesquisas científicas, e a todos os colaboradores desta pesquisa. À professora Eliany Nazaré Oliveira, Caio San Rodrigues, Sabrina da Silva França, Emília do Nascimento Silva, Ana Beatryz dos Santos Costa, Flávia Regino Oliveira, João Walyson de Paula Cordeiro e Pedro Lucas Alves.

“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois, o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”.

(Josué 1:9)



## RESUMO

A discriminação racial e o racismo ainda são presentes no cotidiano da sociedade, reverberando em vários aspectos na vida da população negra, inclusive no ensino superior, médio e fundamental, em que o preconceito é intenso, e afeta a permanência desse grupo étnico-racial. É difícil para a população negra viver em um país que insiste em negar o racismo como fator que impacta o processo de saúde e adoecimento, ainda que este esteja provocando a morte de vidas negras cotidianamente. É de cada profissional de saúde, de cada IES e entidade médica a decisão diária de silenciar e reproduzir ou de ativamente se implicar no combate ao racismo na saúde e em todas as esferas sociais. Diante disso, objetivou-se analisar as evidências disponíveis na literatura científica sobre experiências de discriminação racial e racismo contra estudantes negros no Brasil. Trata-se de revisão integrativa de literatura, a questão norteadora foi embasada pela estratégia PICO, a busca pelos artigos foi realizada nas bases de dados: MEDLINE via PubMed, Web of Science, Scopus e LILACS. Na busca, recuperou-se quantitativo de 766 publicações, mas depois das análises dos critérios de inclusão e exclusão e da leitura na íntegra, 12 obras foram incluídas na amostra final. As obras tinham como principais assuntos abordados três temas: Políticas desenvolvidas e implementadas pela Universidade (41,66%), Impactos da discriminação racial e do racismo na vida acadêmica e social (41,66%) e Manifestações de racismo e discriminação e formas de enfrentamento (16,68%). No que se refere aos principais resultados, denota-se que o curso de medicina, por possuir perfil elitista, acentuou-se como um dos principais ambientes de estudo e com grande prevalência de situações discriminatórias quanto à raça. As atuais políticas públicas de ingresso à universidade pela população negra apresentaram pequenos avanços, mas, como evidenciado pelos demais estudos, o racismo estrutural referente ao pertencimento e às condições financeiras para dar continuidade à educação superior foram importantes obstáculos encontrados. Outra manifestação de discriminação que se sobressaiu foi o racismo velado, em que, em muitas ocasiões, os estudantes negros são discriminados por meio de expressões, omissão das universidades ou brincadeiras pejorativas. Assim, o racismo ainda está presente na vida desses estudantes, fenômeno que afeta diretamente o desempenho acadêmico e a vida social dos estudantes.

**Palavras-chave:** racismo; estudantes; população negra.

## ABSTRACT

Racial discrimination and racism are still present in everyday society, reverberating in various aspects of the lives of the black population, including higher, secondary and primary education, where prejudice is intense and affects the permanence of this ethnic-racial group. It is difficult for the black population to live in a country that insists on denying racism as a factor that impacts the health and illness process, even though it is causing the death of black lives on a daily basis. It is up to each healthcare professional, each HEI and medical entity to make the daily decision to silence and reproduce or actively get involved in the fight against racism in healthcare and in all social spheres. Given this, the objective was to analyze the evidence available in the scientific literature on experiences of racial discrimination and racism against black students in Brazil. This is an integrative literature review, the guiding question was based on the PICo strategy, the search for articles was carried out in the databases: MEDLINE via PubMed, Web of Science, Scopus and LILACS. In the search, 766 publications were recovered, but after analyzing the inclusion and exclusion criteria and reading in full, 12 works were included in the final sample. The main subjects of the works covered were three themes: Policies developed and implemented by the University (41.66%), Impacts of racial discrimination and racism on academic and social life (41.66%) and Manifestations of racism and discrimination and forms of coping (16.68%). Regarding the main results, it is noted that the medical course, due to its elitist profile, became one of the main study environments and with a high prevalence of discriminatory situations regarding race. Current public policies for admission to university by the black population have shown small advances, but, as evidenced by other studies, structural racism regarding belonging and financial conditions to continue higher education were important obstacles encountered. Another manifestation of discrimination that stood out was veiled racism, in which, on many occasions, black students are discriminated against through expressions, omission from universities or pejorative jokes. Thus, racism is still present in the lives of these students, a phenomenon that directly affects students' academic performance and social life.

**Keywords:** racism; students; black population.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama sequencial da construção da revisão .....	20
Figura 2 - Fluxograma da busca e seleção de artigos, segundo PRISMA, 2020.....	22
Figura 3 - Níveis de evidência.....	24
Figura 4 - Fluxograma da busca e seleção de artigos, de acordo com as recomendações do PRISMA .....	29

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estratégia PICO e os respectivos descritores para busca.....	21
Quadro 2 - Seleção de artigos, segundo PRISMA, 2020.....	23
Quadro 3 - Busca e seleção de artigos após leitura na íntegra e estudos que compuseram a amostra final .....	30
Quadro 4 - Abrangência das instituições estudadas e principais resultados.....	31
Quadro 5 - Descrição dos estudos incluídos na revisão.....	39
Quadro 6 - Apresentação da categorização dos resultados dos estudos selecionados.....	41

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e nível de instrução no Brasil em 2022 .....	17
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BICT	Bolsa de Iniciação Científico-tecnológica
BPI	Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COVID-19	Coronavírus
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GESAM	Grupo de Estudo e Pesquisa Saúde Mental e Cuidado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LISAM	Liga Interdisciplinar em Saúde Mental
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	<i>Medical Literature Analysis and Retrieval System Online</i>
MeSH	<i>Medical Subject Headings</i>
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PRISMA	<i>Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1	Encontro com o objeto de estudo .....	13
1.2	Contextualização do objeto de estudo.....	14
1.3	Justificativa e relevância do objeto de estudo .....	16
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	19
2.1	Geral .....	19
2.2	Específicos .....	19
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	20
3.1	Tipo de estudo .....	20
3.2	Elaboração da pergunta norteadora.....	20
3.3	Busca da literatura .....	21
3.4	Critérios de inclusão e exclusão .....	21
3.5	Coleta de dados .....	22
3.6	Análise crítica do conteúdo .....	23
3.7	Aspectos éticos .....	24
<b>4</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	25
4.1	Cronologia do racismo estrutural brasileiro diante da legislação .....	25
4.2	Estudantes negros no Brasil .....	26
4.3	Adoecimento mental a partir da discriminação racial.....	28
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	29
5.1	Políticas desenvolvidas e implementadas pela universidade .....	41
5.2	Impactos da discriminação racial e racismo na vida acadêmica e social .....	44
5.3	Manifestações de racismo e formas de enfrentamento.....	46
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	49
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	50
	<b>ANEXO A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ADAPTADO</b> .....	56
	<b>DECLARAÇÃO DE REVISÃO LINGUÍSTICA E NORMATIZAÇÃO</b> .....	57

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Encontro com o objeto de estudo

No dia 18 de novembro de 2018, ingressei na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), da qual sempre desejei fazer parte e, atualmente, orgulha-me ser discente desta universidade. Continuando, logo no primeiro dia de aula, foram apresentados aos calouros o Tripé Acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) e o que o Centro de Ciências da Saúde (CCS) oferece em cada um desses aspectos. Foi, então, apresentada a Liga Interdisciplinar em Saúde Mental (LISAM) e o Grupo de Estudo e Pesquisa Saúde Mental e Cuidado, sob Coordenação Docente (GESAM), sob a liderança da Professora Eliany Nazaré Oliveira. Eu já tinha afinidade com a área desde o ensino médio (até cogitei em fazer psicologia), pensei em logo fazer a inscrição para a seleção da LISAM e consegui aprovação. Logo então, no segundo semestre da faculdade, tive a oportunidade de ser membro do GESAM e, a partir daí, minha relação com a saúde mental foi se tornando cada vez mais estreita.

Fui bolsista por 10 meses da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), sendo Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica (BPI), com o projeto “Saúde Mental e o Risco de Suicídio em Usuários de Drogas”, logo após, fui novamente bolsista BPI por 24 meses com o projeto “Saúde mental em tempos de Covid-19: Análise e acompanhamento de estudantes do ensino superior do estado do Ceará”. Durante todo meu percurso no GESAM, a pesquisa científica sempre me interessou e fez com que eu quisesse sempre participar de projetos.

Por fim, atualmente, sou bolsista da FUNCAP, com Bolsa de Iniciação Científico-Tecnológica (BICT), com o projeto “Experiências de Discriminação Racial e Racismo contra Estudantes Negros: uma Revisão Integrativa” e foi então que meu objeto de estudo surgiu em específico, depois de alguns meses de estudo sobre a área. As inquietações em relação a este tema são inúmeras, por isso, defini a relevância de trabalhar com este tema tão pertinente e, por vezes, negligenciado em pesquisas.

Minha expectativa é que a partir das pesquisas desenvolvidas, seja concluída discussão satisfatória acerca do tema e, conseqüentemente, possa ser um objeto de consulta para possíveis tomadas de decisões.



## 1.2 Contextualização do objeto de estudo

Com a carência da política reparatória no processo da abolição da escravatura imposta pela Lei Áurea, não houve efetivação da liberdade para a população negra no país, e os que eram escravizados encontravam-se à mercê da sorte. Como resultado desse processo, instalou-se o racismo estrutural no Brasil, que como o nome já descreve, advém da estrutura racista que ele foi desenvolvido, favorecendo apenas um grupo social em detrimento de outro (Almeida, 2019).

Dessa maneira, é importante entender as diferenças entre racismo e discriminação racial. O racismo é uma forma de discriminação sistêmica baseada na raça que se manifesta em ações que prejudicam as pessoas, dependendo do grupo racial que elas pertencem. A discriminação racial é o tratamento diferenciado a membros de um grupo racialmente identificado, e é classificada em: direta e indireta. A discriminação direta é um repúdio violento motivado pela razão racial a um coletivo ou ao individual, por exemplo, lojas que se opõem a atender a pessoas de determinada raça. A indireta é quando ocorre a discriminação racial de fato a grupos minoritários, mas ela é ignorada, é marcada pela ausência da intenção de discriminar pessoas (Almeida, 2019).

Quando as pessoas falam espontaneamente que os negros são bons em atividades ligadas diretamente à força física ou em dança, esportes entre outros, estão construindo e/ou reforçando uma visão do que significa a raça negra e, neste sentido, produzindo e/ou reproduzindo uma identidade social determinada para esse grupo. Note-se, contudo, que esse conjunto de repertórios discursivos não é percebido como discurso preconceituoso (Camino *et al.*, 2013).

A visão de ‘classe social elevada’ demonstra marcador racial da condição socioeconômica, que associa livremente raça branca à riqueza e raça negra à pobreza e servidão. Cabe notar que esse pensamento não surge espontaneamente, mas advém de uma base material que, ao mesmo tempo que construiu essa realidade, por meio da economia escravista, do imperialismo e do racismo científico, ainda fomenta ideia de naturalidade e, portanto, impossibilidade de mudança (Fredrich; Coelho; Sanches, 2022).

A visão que vislumbra pessoas negras apenas na posição de serventes faz parte de uma ideologia fomentada desde a infância, a partir da educação e da mídia. Assim, a representação de pessoas negras como passivas ao processo de escravização, intelectualmente inferiores e afeitas a trabalhos braçais, cria as condições para internalização desses valores por pessoas

brancas e não brancas, naturalizando desigualdades histórica e socialmente construídas (Fredrich; Coelho; Sanches, 2022).

O ensino superior no Brasil se caracterizou tradicionalmente por ser excludente, priorizando os mais ricos, em razão disso, houve diversas alterações ao longo dos anos, por meio de políticas públicas, que visam inclusão de camadas sociais que outrora eram esquecidas (Carneiro; Bridi, 2020). Esse processo foi vagaroso, apenas em 1990, os Movimentos Negros, juntos a outros Movimentos Sociais, articularam-se para pressionar o Governo na resolução dos problemas que os atingiam. Dentre as reivindicações, destaca-se a luta pela implementação de políticas públicas afirmativas, visando acesso de estudantes negros e egressos de escolas públicas ao Ensino Superior (Valério *et al.*, 2021).

Em 2012, foi sancionada a lei das cotas que garante a reserva de 50% das vagas de institutos federais de educação e universidades públicas para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Destes 50%, metade das vagas é destinada para alunos com renda familiar igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita*, sendo a outra metade destinada aos estudantes com renda familiar superior a este valor. Do total de vagas reservadas, há um percentual mínimo (de acordo com o censo do IBGE na região) que deve se destinar a negros, pardos e indígenas. Embora a lei favoreça o acesso às instituições de ensino, isso não significa que o debate sobre as cotas se encerrou. A garantia jurídica ao acesso é apenas o primeiro passo, sendo necessário um conjunto de ações afirmativas adicionais que favoreçam a permanência desses alunos em condições dignas (Modesto *et al.*, 2017).

A política de cotas se tornou, então, um meio para o negro almejar o acesso à universidade. Porém, o acesso por si só é o primeiro passo para reversão desse quadro de desigualdades. Isto é, garantir a inclusão de negros no ensino superior não elimina as práticas discriminatórias e racistas que são produzidas e reproduzidas nas instituições educacionais (Prado; Silva, 2022).

Estudantes de universidades públicas relataram experiências de preconceito contra estudantes cotistas, sobretudo, os/as negros/as, já que o/a cotista branco/a não tem a aparência automaticamente associada a uma ou outra forma de ingresso, sendo necessário apontar que a mesma política que deveria incluir pode segregar e estigmatizar se não for acompanhada por uma série de ações que visem, de fato, integração e acolhimento dos/as estudantes negros/as nas universidades (Fredrich; Coelho; Sanches, 2022).

Apesar desses avanços, o negro permanece sendo vítima do preconceito justificado pelo processo histórico no país, com isso, faz-se necessária, também, mudança nas práticas de

formação acadêmica que abarquem efetivamente essas diversidades, evitando, assim, a evasão desses indivíduos (Alencar, 2021). O racismo estrutural como relação de poder e sustento de privilégios, proferido diariamente em forma de opressão, pré-julgamentos, mensagens de ódio e discriminação é capaz de afetar drasticamente a saúde mental de pessoas negras, resultando em quantidade alarmante de pessoas negras com algum transtorno mental, seja ansiedade, depressão ou transtorno de estresse pós-traumático (Barros, 2022).

### **1.3 Justificativa e relevância do objeto de estudo**

A crise sanitária global trouxe à tona e intensificou problemas crônicos enfrentados pela população negra, o que permitiu que discussões sobre racismo ganhassem visibilidade, sobretudo, no que tange à saúde. O processo de categorização das expressões do racismo internalizado, interpessoal, institucional, explícito, velado ou ‘sutil’ evidenciou a sobreposição dessas manifestações e o caráter estrutural, independentemente do nome que se dê (Fredrich; Coelho; Sanches, 2022).

A crença de que o racismo seria uma prática individual expressada apenas por ofensas explícitas impede o reconhecimento dessa falta de representatividade e do medo de sofrerem discriminação como consequência do racismo. Atribui-se às pessoas negras a tarefa de educar e ensinar as pessoas brancas a não ‘serem racistas’, na qual essa tarefa pode ser árdua e pouco produtiva, sobretudo, quando realizada a partir da própria vítima, ao se encontrar em uma posição de subalternidade (Fredrich; Coelho; Sanches, 2022).

Diante do exposto, é imperiosa a abordagem desse assunto, como forma de intervenção para atenuar essa problemática, alertando para o tema do racismo, uma vez que o mesmo necessita ser combatido, tornando-se fundamental para o desafio atual da educação antirracista intensificada pela carência de informações. Logo, a temática do racismo associado à educação precisa se expandir em âmbito local e nacional, visto que as informações e discussões são importantes para aprofundar o tema e, principalmente, divulgar os recursos que estão sendo utilizados para enfrentar o racismo (Carvalho; França, 2019).

A persistência do racismo afeta diretamente os negros, em diversos aspectos, principalmente no acadêmico, dificultando, assim, a permanência desses indivíduos no ensino superior. Isso se justifica pelo fato de que ainda existem poucos estudos que avaliem essa vulnerabilidade de universitários negros (Carvalho *et al.*, 2021).

É inquestionável que a realidade dos estudantes negros se diferencia bastante dos estudantes brancos. A universidade se mostra como ambiente branco e, por vezes, hostil para aqueles que não se encaixam no padrão normalizador, também se mostra como espaço de luta e resistências protagonizadas por estudantes negras. As experiências de preconceito e discriminação vivenciadas por elas se manifestam, em maioria, de forma velada, por meio de olhares ou modos de tratamento, seja nos corredores da universidade ou em locais onde ocorrem aulas práticas e estágios (Valério *et al.*, 2021).

A discriminação, então, é um fenômeno multiaxial, tendo relações diversas, aluno-aluno, professor-aluno, entre outros, e experimentar a discriminação racial perpetrada por professores na sala de aula é uma ocorrência comum para adolescentes negros americanos e é prejudicial à saúde mental dos adolescentes, como é visto no estudo de Jelsma, Chen e Varner (2022).

Na análise por cor ou raça, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, merece atenção a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2022, 8.543.000 pessoas de 14 anos ou mais eram analfabetas, sendo 2.535.000 brancas e 5.910.000 pretas ou pardas. Isso se identifica nos outros níveis de instrução, respectivamente, visto na Tabela 1 (IBGE, 2022).

**Tabela 1** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e nível de instrução no Brasil em 2022

(Continua)

Nível de instrução	Cor/Raça		
	Total	Branca	Preta ou Parda
Total	173.068.000	74.846.000	96.192.000
Sem instrução	8.543.000	2.535.000	5.910.000
Ensino Fundamental Incompleto ou equivalente	45.299.000	16.611.000	28.223.000
Ensino Fundamental Completo ou equivalente	15.084.000	6.154.000	9.021.000
Ensino Médio Incompleto ou Equivalente	14.405.000	5.252.000	9.021.000

**Tabela 1** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e nível de instrução no Brasil em 2022

(Conclusão)

Nível de instrução	Cor/Raça		
	Total	Branca	Preta ou Parda
Ensino Médio Completo ou Equivalente	52.893.000	22.144.000	30.166.000
Ensino Superior Incompleto ou Equivalente	9.136.000	4.843.000	4.153.000
Superior Completo	27.707.000	17.305.000	9.938.000

Fonte: IBGE, 2022.

É difícil para a população negra viver em um país que insiste em negar o racismo como fator que impacta o processo de saúde e adoecimento, ainda que este esteja provocando a morte de vidas negras cotidianamente. É de cada profissional de saúde, de cada IES e entidade médica a decisão diária de silenciar e reproduzir ou de ativamente se implicar no combate ao racismo na saúde e em todas as esferas sociais (Borret *et al.*, 2020).

A partir desse panorama, surgiu a seguinte questão norteadora para o presente estudo: quais as evidências científicas sobre experiências de discriminação racial e racismo nas Instituições de Ensino Superior no Brasil?

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Geral**

Analisar as evidências disponíveis na literatura científica sobre experiências de discriminação racial e racismo contra estudantes negros no Brasil.

### **2.2 Específicos**

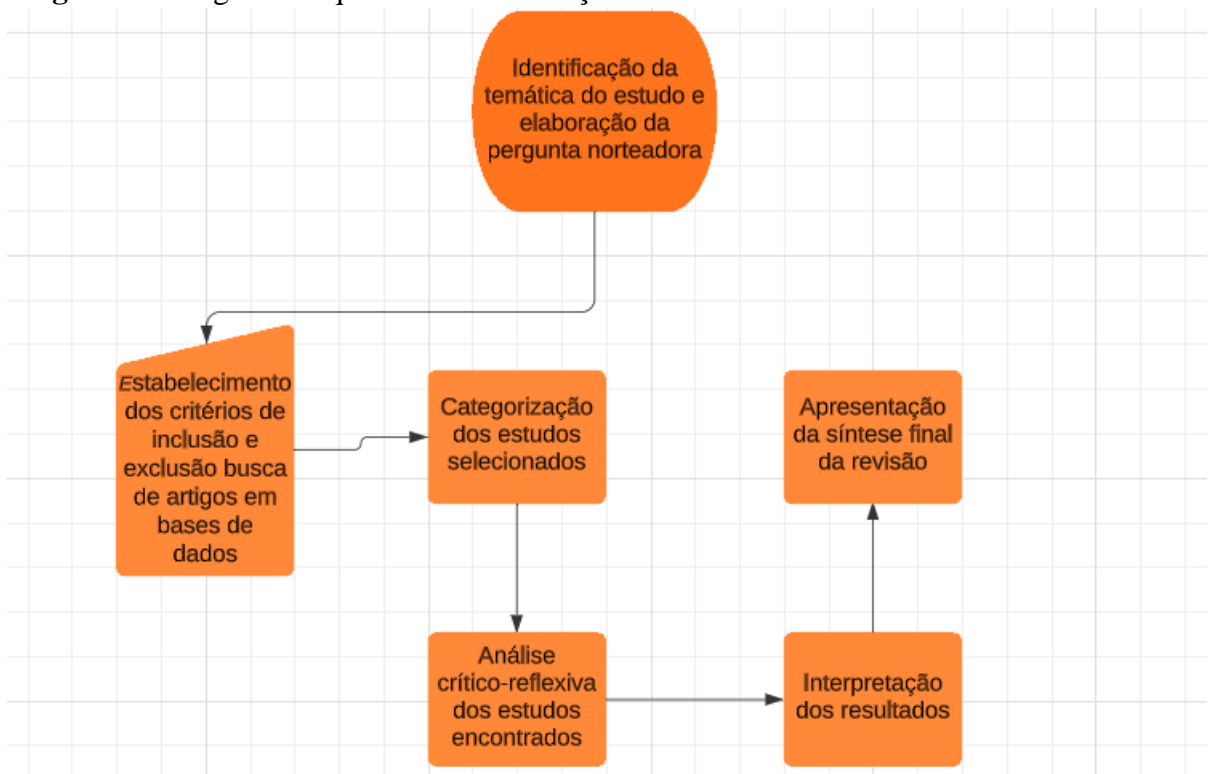
- Oferecer subsídios que proporcionem reflexões e contribuições nas ações envolvidas sobre discriminação racial e racismo contra estudantes negros no Brasil;
- Descrever aspectos encontrados relacionados à experiência de discriminação;
- Identificar os estudos encontrados, segundo o nível de evidência;
- Sintetizar os dados encontrados à luz da literatura;
- Averiguar as preocupações relacionadas às injustiças por causa da raça ou cor da pele.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Tipo de estudo

Trata-se de revisão integrativa de literatura, estruturada a partir das seguintes etapas: 1) identificação da temática do estudo e elaboração da pergunta norteadora; 2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão busca de artigos em bases de dados; 3) categorização dos estudos selecionados; 4) análise crítico-reflexiva dos estudos encontrados; 5) interpretação dos resultados; e 6) apresentação da síntese final da revisão (Mendes; Silveira; Galvão, 2008) (Figura 1).

**Figura 1** - Diagrama sequencial da construção da revisão



Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

#### 3.2 Elaboração da pergunta norteadora

A questão norteadora do estudo foi formulada com base na estratégia População, Interesse, Contexto (PICO) (Araújo, 2020). Desta maneira, tem-se que: P - População: Estudantes Negros; I - Interesse: Racismo e Discriminação Racial; Co - Contexto: Brasil. A partir disto, elaborou-se a questão norteadora: quais as evidências científicas sobre experiências de discriminação racial e racismo nas Instituições de Ensino Superior no Brasil?

### 3.3 Busca da literatura

O levantamento dos artigos científicos foi realizado nas bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), via PUBMED, *Web of Science*, Scopus e na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Como forma de ampliação dos resultados encontrados, utilizou-se de termos da linguagem convencional e dos Descritores em Ciências da Saúde - DeCS e *Medical Subject Headings* - MeSH mediante o cruzamento: ("Students" OR "Universities" OR "Higher Education" OR "Higher Education Institutions" OR "Higher Education" OR "College") AND ("Discrimination Based on Ancestry" OR "Discrimination Based on Origin" OR "Race-Based Discrimination" OR "Racial Discrimination" OR "Overt Racial Discrimination" OR "Indirect Racial Discrimination" OR "Racism" OR "Racialism" OR "Everyday Racism" OR "Covered Racism" OR "Systemic Racism" OR "Occult Racism" OR "Veiled Racism") AND "Brazil".

#### Quadro 1 - Estratégia PICO e os respectivos descritores para busca

	<b>Descritores</b>
P (população): Estudantes Negros	Students; Universities; Higher Education; Higher Education Institutions; Higher Education; College.
I (interesse): Racismo e Discriminação Racial	Discrimination Based on Ancestry; Discrimination Based on Origin; Race-Based Discrimination; Racial Discrimination; Overt Racial Discrimination; Indirect Racial Discrimination; Racism; Racialism; Everyday Racism; Covered Racism; Systemic Racism; Occult Racism; Veiled Racism.
Co (contexto): Brasil	Brazil.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

### 3.4 Critérios de inclusão e exclusão

A inclusão dos artigos ocorreu pelos seguintes critérios: estudos completos disponíveis na íntegra, sem qualquer restrição de idioma. Não havendo recorte temporal para maior exploração dos artigos encontrados. E como critérios de exclusão: monografias, revisões de literatura, artigos duplicados e que não possuíssem relação com a questão norteadora.

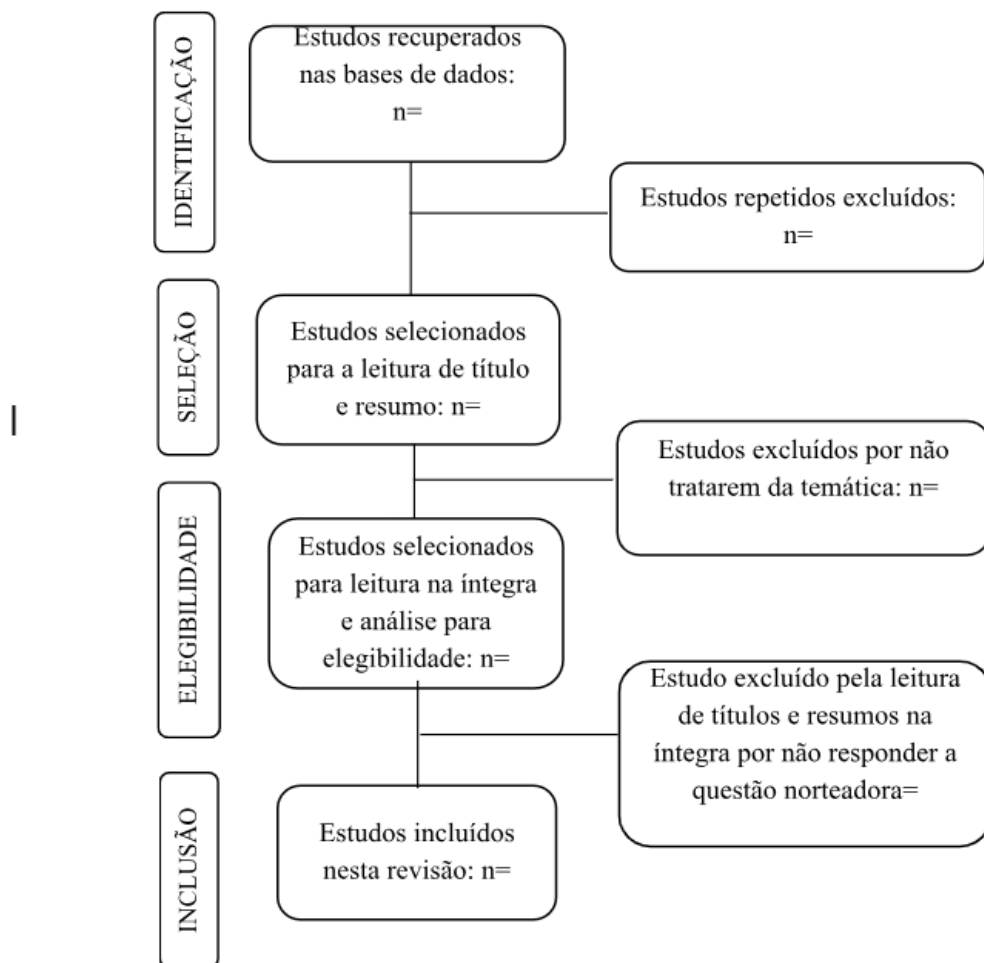


### 3.5 Coleta de dados

A coleta de dados dos artigos selecionados foi realizada a partir de instrumento adaptado, validado por Ursi, 2005 (Anexo A). O instrumento contém as seguintes informações: identificação (título, periódico, autores, país, idioma, ano de publicação, instituição sede do estudo), características metodológicas (tipo de publicação, objetivo, amostra, resultados, nível de evidência e conclusões). Assim, procedeu-se à leitura exhaustiva dos estudos selecionados, a fim de identificar as experiências de discriminação em estudantes do Brasil.

O processo de seleção e elegibilidade dos estudos seguiu conforme as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Salameh *et al.*, 2020). Com base nisto, os títulos e resumos dos artigos foram lidos na íntegra, para que, assim, as publicações que atendessem aos critérios de inclusão pudessem ser identificadas.

**Figura 2** - Fluxograma da busca e seleção de artigos, segundo PRISMA, 2020



### 3.6 Análise crítica do conteúdo

Subsequentemente, efetuou-se análise completa dos estudos selecionados por intermédio de instrumento semiestruturado (Quadro 2) que viabilizou a identificação das informações dos estudos, com base em cada base de dados e seleção em cada uma delas.

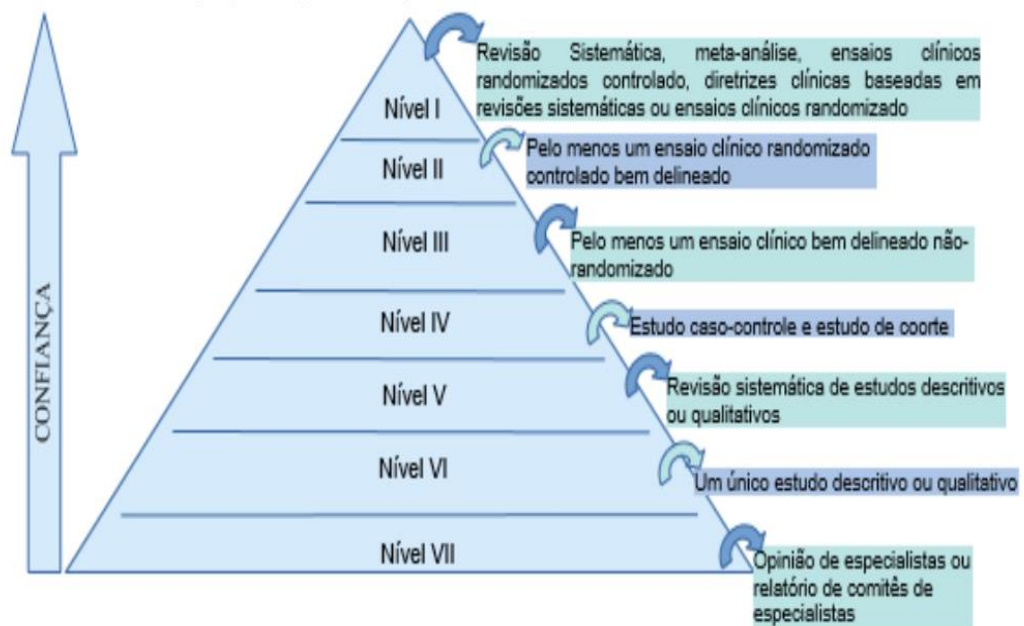
**Quadro 2** - Seleção de artigos, segundo PRISMA, 2020

Base de dados	Identificados	Repetidos	Leitura de título e resumo	Leitura na íntegra	Selecionados
Medline/PubMed					
Web of Science,					
Scopus					
Lilacs					
TOTAL					

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Prática Baseada em Evidências é outro instrumento aplicado para melhor categorização quanto ao nível de evidência dos estudos selecionados. Assim, utilizou-se da seguinte classificação: Nível I – revisão sistemática, metanálise, ensaios clínicos randomizados controlado, diretrizes clínicas baseadas em revisões sistemáticas ou ensaios clínicos randomizados; Nível II – pelo menos um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado; Nível III – pelo menos um ensaio clínico bem delineado não randomizado; Nível IV – estudo caso-controle e estudo de coorte; Nível V – revisão sistemática de estudos descritivos ou qualitativos; Nível VI – um único estudo descritivo ou qualitativo; Nível VII – opiniões de especialistas ou relatório de comitês de especialidades. Segundo a classificação proposta, os níveis I e II são considerados evidências fortes; II e IV moderadas; e de V a VII fracas (Dantas *et al.*, 2022).

**Figura 3** - Níveis de evidência (Melnik; Fineout-Overholt, 2010 Apud Dantas *et al.*, 2022)



Fonte: Adaptado de Dantas *et al.*, 2022.

### 3.7 Aspectos éticos

O estudo seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual dispõe sobre o uso de dados disponibilizados para domínio público.

## 4 REVISÃO DA LITERATURA

### 4.1 Cronologia do racismo estrutural brasileiro diante da legislação

O racismo no Brasil é considerado estrutural por todo o processo de colonização e desconfiguração da cultura e sociedade brasileira, entre os séculos XVI e XIX, na colônia portuguesa, o negro era integrado à terra e não podiam tê-la como propriedade a partir da Lei das Terras, de 1850. E foi assim por quase quatrocentos anos de escravidão, a preocupação dos colonizadores era exploração nas capitanias divididas pelo Brasil, e o negro era o responsável por todas as atividades das terras, ficando claro serem eles os pés de seus senhores, porém recompensados de forma desigual (Lopes, 2020).

Assim, movimentos foram surgindo e um processo de abolição foi se instaurando desde 28 de setembro de 1871, com a Lei Nº 2.040, conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, que estabeleceu que os filhos permaneceriam junto da mãe escravizada, vivendo no cativeiro, até os 8 anos de idade. Dos 8 aos 21 anos, continuariam na propriedade do senhor ou, se ele não os quisesse mais, ficariam sob a tutela do Estado. Apesar de obsoleta, a lei na época escravista foi considerada como marco no processo abolicionista brasileiro.

Logo, em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz estabeleceu medidas para repressão do tráfico de africanos no Império, ela estava relacionada às pressões britânicas sobre o governo brasileiro para extinção da escravidão no país.

Tendo, por conseguinte, a Lei dos Sexagenários, em 1885, fez parte de um conjunto de medidas que buscavam equacionar o problema da escravidão no Império, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, ela determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos. Entretanto, a lei, também, regulou diversos aspectos relativos à alforria de cativos, bem como determinou uma nova matrícula e novas regulamentações para o fundo de emancipação.

Os movimentos e a legislação culminaram na promulgação da Lei Áurea, em 1888, que apenas dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”. Para complementar, em 1989, a Lei 7.716/89, conhecida como Lei do Racismo, foi publicada e teve objetivo punir todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de origem, raça, sexo, cor, idade.

Portanto, os movimentos se intensificaram ainda mais, os negros puderam ter mais voz e opiniões.

Em 2006, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), definida como instrumento do Sistema Único de Saúde (SUS), e tem por objetivo promover a saúde integral da população negra, priorizando o combate ao racismo, por meio da redução das desigualdades étnico-raciais e da discriminação.

Em 20 de julho de 2010, foi publicada a Lei Nº 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Ela já altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995; 7.347, de 24 de julho de 1985; e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Por fim, em 2023, foi sancionada a Lei 14.532, de 2023, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo.

## **4.2 Estudantes negros no Brasil**

Na realidade dos estudantes brasileiros, pode ser percebido o racismo como estrutural também, pois, desde 1837, foi promulgada a Lei nº 1, de 14 de janeiro. “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”. A lei nº 1 do Brasil já mostrava para quem era esse país. Definitivamente não para os negros.

O racismo ainda pode ser visto na atualidade, como na pesquisa feita em este ano (2023) no Brasil, em que estudantes de grupos raciais discriminados, no caso estudantes negros, apresentam maior alta prevalência de *bullying* de base racial recente e uso de substâncias do que estudantes brancos (Menezes *et al.*, 2022).

Em 1968, foi criada a Lei do Boi, Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, a primeira lei de cotas. E não foi para negros, para filhos de donos de terras, que conseguiram vaga nas escolas técnicas e nas universidades, a lei descrevia: Art. 1º. Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e

30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

Em comparação, em 2012, foi sancionada a Lei das Cotas, Lei 12.711, de 29 de agosto, que estabelece as diretrizes e regras sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, dispondo especificamente sobre os percentuais de vagas que devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, com isto, o estudante negro e pardo/não branco pôde ter mais oportunidades no meio acadêmico e fazer uma sociedade igual racialmente.

Ao considerar os dados dos censos de 1940-2010, embora as pessoas negras sejam maioria da população brasileira, durante toda a história nacional, a presença no Ensino Superior é pequena. Nos anos de 1950, havia apenas 4.016 pretos e pardos graduados; 60 anos depois, em 2010, 3.310.039 dos mais de 190 milhões de residentes, isso diz respeito a 1,74% da população (Bastos; Schwarzkopf, 2022).

No estudo em Salvador, para analisar o posicionamento de estudantes e não estudantes em relação às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, bem como as justificativas para esse posicionamento, foi percebido que em relação às cotas para afrodescendentes nas universidades públicas, mais da metade dos participantes (74%) se declararam a favor, enquanto os outros participantes (26%) se declararam pouco ou nada a favor. Não houve diferença estatística significativa entre estudantes e não estudantes sobre se são a favor das cotas raciais. Porém, um teste T, para verificar a influência da cor da pele dos participantes, foi significativo. Os resultados mostraram do que os participantes que se declararam negros mais a favor às cotas raciais para ingresso em universidades públicas que os participantes que autodeclarados brancos (Techio *et al.*, 2019).

A adoção de políticas públicas para mudar este quadro poderia permitir inclusão e desenvolvimento das potencialidades dos estudantes pretos e pardos (não brancos). Este racismo pode ser resultado da ausência de políticas educacionais que considerem a questão racial como fator relevante no diferencial de aprendizado entre os estudantes. Ao desconsiderar esse fenômeno social, o modelo de educação tradicional acaba por contribuir para manutenção da desigualdade entre raças, reforçando aspectos institucionais que motivam estudantes não brancos a se apropriem de forma menos intensa dos recursos à disposição deles (Carneiro; Shirasu; Irffi, 2023).

### 4.3 Adoecimento mental a partir da discriminação racial

Nos Estados Unidos da América, em estudo desenvolvido, cerca de 62% dos participantes universitários revelaram ter sofrido, em geral, nos ambientes, ao menos uma agressão e 98% sofreram agressão nos últimos seis meses. Já, especificamente, na instituição da qual pertenciam, foi relatado que 60% dos alunos sofreram experiência de racismo institucional na escola; em loja ou restaurante, 63%; e na rua ou em ambiente público, 84%, além de inferioridade, criminalidade e micro agressões ambientais (Lui; Espinosa; Anglin, 2022).

Na América Latina, em 2019, em estudantes universitários, a discriminação interpessoal estava relacionada à variável negativa da saúde mental, tanto no dia a dia como ao longo do tempo, isso sugere que a angústia cotidiana estava associada à discriminação e é provavelmente um meio para discriminação prejudicar progressivamente a saúde mental ao longo da vida (Jochman *et al.*, 2019).

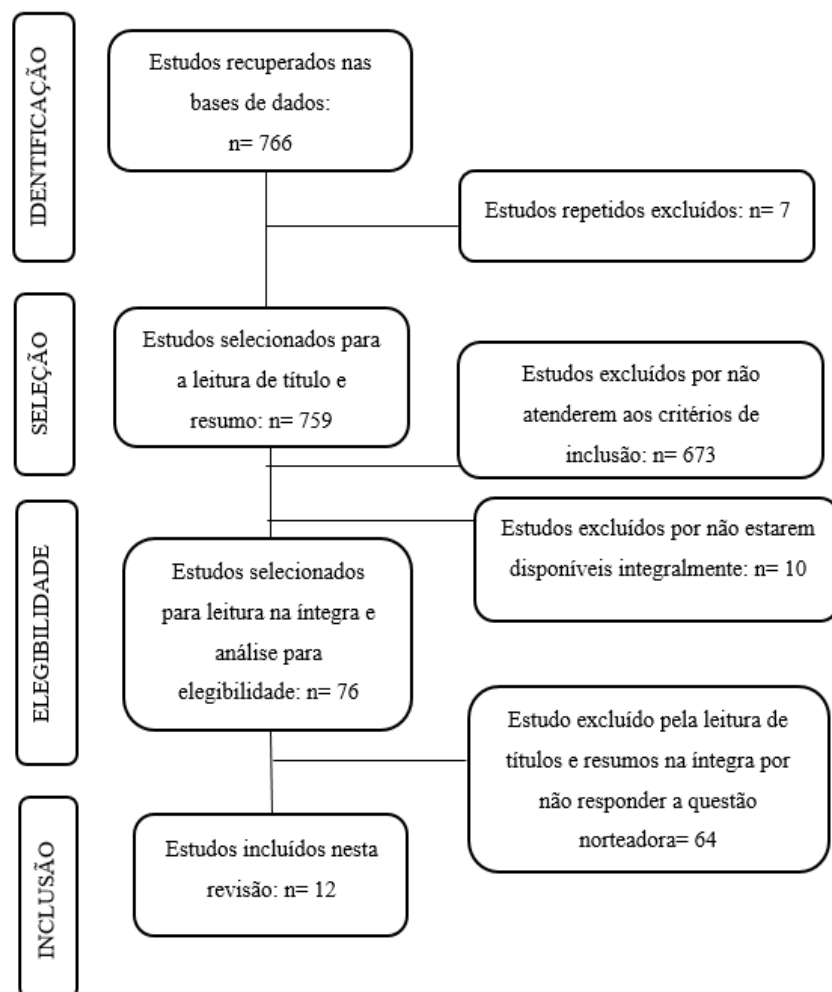
No Brasil, os afrodescendentes neste país sofrem maior experiência de discriminação racial ao longo da vida, o que pode acarretar adoecimento físico e mental, como substancialmente o risco de hipertensão e doenças mentais. É considerada, também, a possibilidade de que a diferença socioeconômica - que é influenciada pelo racismo social - possa aumentar este risco, ou seja, existe a combinação destes dois fatores sociais (raça e posição socioeconômica) (Faerstein *et al.*, 2014).

Ainda no Brasil, no Rio de Janeiro, Bastos *et al.* (2014) mostraram que a discriminação atribuída à cor/raça e classe da pele são independentemente associadas a um aumento de quatro vezes nas chances de transtornos mentais comuns; e o relato simultâneo de discriminação por cor/raça, classe e idade é associado à maior razão de chances.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na busca, foi recuperado o quantitativo de 766 publicações, das quais, 694 foram excluídas por não atenderem aos critérios de inclusão e sete foram excluídas por serem duplicadas, nove por não estarem disponíveis integralmente e uma não foi recuperada. Deste modo, foram pré-selecionados 76 artigos para a leitura na íntegra e, após essa etapa, 12 foram incluídos na amostra final desta revisão, conforme apresentado na Figura 4.

**Figura 4** - Fluxograma da busca e seleção de artigos, de acordo com as recomendações do PRISMA



Fonte: Prisma, 2024.

As bases de dados utilizadas para a pesquisa foram MEDLINE, via PUBMED, Web Of Science, Scopus e LILACS, via BVS. Essas bases foram escolhidas por serem as principais fontes de dados relacionados à saúde.



De acordo com o Quadro 3, foi possível analisar quantas foram as obras encontradas por cada base de dados. Na base de dados MEDLINE, 40 estudos foram encontrados, destes, três foram selecionados para a leitura na íntegra e apenas dois entraram para a amostra final. Já na base Web of Science, foram encontrados 623 estudos, 43 selecionados para a leitura na íntegra, resultando em sete para a amostra final. Na base Scopus, foram encontrados 50 estudos, 13 passaram pela leitura na íntegra e um estudo entrou para a amostra final. E, por fim, na LILACS, foram encontrados 53 estudos, destes, 17 passaram pela leitura na íntegra e dois entraram na amostra final.

**Quadro 3** - Busca e seleção de artigos após leitura na íntegra e estudos que compuseram a amostra final

<b>Bases de dados</b>	<b>Identificados</b>	<b>Repetidos</b>	<b>Leitura de título e resumo</b>	<b>Leitura na íntegra</b>	<b>Selecionados</b>
Medline/PubMed	40	2	38	3	2
Web of Science,	623	3	620	43	7
Scopus	50	0	50	13	1
Lilacs	53	2	51	17	2
<b>TOTAL</b>	<b>766</b>	<b>7</b>	<b>759</b>	<b>76</b>	<b>12</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os 12 artigos que compuseram a amostra final foram publicados nos anos de 2010 e 2022, nos idiomas inglês e português. Os estudos foram realizados integralmente no Brasil. A respeito das metodologias utilizadas, é possível destacar transversal e descritivo (76,4%). Com relação ao nível de evidência, 83,33% dos trabalhos foram classificados com nível VI; e 16,67% tiveram nível de VII. O Quadro 4 expõe a caracterização dos estudos da amostra final, a partir do objetivo, país onde o estudo foi realizado, idioma e nível de evidência.

No Quadro 4, apresenta-se a abrangência de análise das universidades no que se refere aos casos de discriminação racial.

**Quadro 4 - Abrangência das instituições estudadas e principais resultados**

(Continua)

<b>Identificação</b>	<b>Autores</b>	<b>Abrangência da(s) Instituição(ões) de Pesquisa</b>	<b>Principais Resultados</b>
A	Souza, <i>et al.</i> , 2020	Estudo Local	- O sistema de cotas de acesso à universidade fundamentado na subordinação da categoria raça/cor à classe social se demonstrou falho em incluir não brancos no curso de Medicina analisado.
B	Oliveira Valério, <i>et al.</i> , 2021	Estudo Local	- Desafios para “acompanhar” os demais alunos; - Os recursos para as políticas de permanência estudantil são insuficientes; - Ausência de transparência e organização das políticas existentes, em especial a denominada bolsa permanência; - As experiências de preconceito e discriminação vivenciadas por elas se manifestam, em maioria, de forma velada, por meio de olhares ou modos de tratamento.
C	Santana <i>et al.</i> , 2019	Estudo Local	- Em relação à auto identificação racial, observa-se que 75% (nove) se autodeclararam de cor branca, 17% (dois) não responderam e 8% (um) se autodeclarou de cor parda; - Apesar do relevante marco normativo produzido nos últimos 15 anos sobre a saúde integral da população negra, a temática ainda encontra um conjunto de dificuldades de consolidação no currículo dos cursos de formação dos profissionais de saúde. - Frequente referência à obrigatoriedade “imposta” pelo Ministério da Educação, ao invés do reconhecimento da importância, como justificativa para inserção do tema no currículo prescrito dos cursos.

**Quadro 4 - Abrangência das instituições estudadas e principais resultados**

(Continuação)

<b>Identificação</b>	<b>Autores</b>	<b>Abrangência da(s) Instituição(ões) de Pesquisa</b>	<b>Principais Resultados</b>
D	Carrijo <i>et al.</i> , 2022	Estudo Nacional e Internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para promover ambiente educacional é um processo de ensino-aprendizagem pautado na integralidade do cuidado e na equidade racial, é preciso reconhecer o racismo como fator que atravessa a construção de subjetividade de toda a população brasileira;</li> <li>- Para sistematizar o ensino de relações étnico-raciais no currículo médico, uma matriz de competência deve ser proposta;</li> <li>- O racismo segue presente na graduação, sendo reproduzido na forma de ensinar cuidado em saúde e também na forma de (não) acolher jovens negros estudantes.</li> </ul>
E	Fredrich <i>et al.</i> , 2022	Estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em relação aos sentimentos negativos despertados, os/as estudantes relataram dor, autocobrança, impotência, inferioridade, insegurança, sensação de não pertencimento, nervosismo, pessimismo, raiva, revolta, baixa autoestima, solidão, angústia, tristeza, vergonha, preocupação com o futuro profissional, medo e fenômeno do impostor;</li> <li>- Sobre a existência de algum estereótipo de estudante de Medicina, a este foi atribuída a brancura, poder aquisitivo elevado e propensão natural ao exercício da profissão;</li> </ul>

**Quadro 4 - Abrangência das instituições estudadas e principais resultados**

(Continuação)

<b>Identificação</b>	<b>Autores</b>	<b>Abrangência da(s) Instituição(ões) de Pesquisa</b>	<b>Principais Resultados</b>
E	Fredrich <i>et al.</i> , 2022	Estadual	<p>-Dentre as formas de racismo ‘velado’ relatadas pelos/as estudantes, houve confundimento com outros funcionários - não sendo reconhecidos/as como estudantes de Medicina -, descrédito em habilidades, piadas de cunho racista, demonstração de surpresa ao revelarem que estão da Medicina, tratamento como ‘exóticos/as’, recebimento de olhares de estranhamento e exclusão social;</p> <p>- As reações ao racismo vivenciado pelos/as estudantes negros/as de Medicina envolveram estratégias individuais e coletivas. Dentre as individuais, podemos citar: alterar a aparência com objetivo de embranquecimento, empenhar-se mais nos estudos, ignorar as situações de racismo, evidenciar as conquistas pessoais aos colegas e buscar apoio psicológico.</p>
F	Bezerra; Alves, 2022	Local	<p>- As universidades que acolhem esses jovens precisam incorporar estratégias eficazes para a recepção e adaptação de alunos imigrantes, com base na compreensão de que as demandas em decorrência da falta de apoio institucional podem impactar o cotidiano, a saúde e o aproveitamento acadêmico dos estudantes imigrantes;</p> <p>- Como consequência do eurocentrismo e do epistemicídio provocado pelo sistema mundo-moderno, a presença de estudantes africanos evidenciar o desconhecimento da África por parte dos brasileiros.</p>

**Quadro 4 - Abrangência das instituições estudadas e principais resultados**

(Continuação)

<b>Identificação</b>	<b>Autores</b>	<b>Abrangência da(s) Instituição(ões) de Pesquisa</b>	<b>Principais Resultados</b>
G	Cabral <i>et al.</i> , 2022	Estudo Regional	<p>- Para o fomento de uma educação médica antirracista, urge a necessidade de uma formação pautada na práxis dialógica, humanista, crítico-reflexiva e ética em saúde;</p> <p>- Estudiosos de uma epidemiologia social crítica, pesquisadores do grupo de trabalho Racismo e Saúde e teóricos militantes de movimentos negros sugerem que é preciso promover debates raciais em saúde mais consistentes, que privilegiem a afirmação do lugar da negritude como protagonista na construção de saberes.</p>
H	Nunes <i>et al.</i> , 2010	Estudo Local	<p>- A análise das entrevistas mostrou que o posicionamento não racista foi raro. As categorias elaboradas foram sobre: a sutileza do racismo; as brincadeiras racistas; a culpabilização da vítima; as cotas raciais; e, finalmente, a falsa neutralidade na abordagem do tema;</p> <p>- A análise total de cada entrevista mostrou que algumas falas não racistas poderiam ser classificadas como “discurso politicamente correto” e, foram, então, apresentadas na categoria referente à “pseudoneutralidade”, que confrontou tentativas de parecer neutro em relação ao racismo e falas dos mesmos entrevistados que denunciavam essa tentativa como falsa. Outras falas que poderiam ser classificadas como não racistas eram no sentido de denunciar o racismo notado nos outros e foram analisadas na categoria referente à percepção do racismo.</p>

**Quadro 4 - Abrangência das instituições estudadas e principais resultados**

(Continuação)

<b>Identificação</b>	<b>Autores</b>	<b>Abrangência da(s) Instituição(ões) de Pesquisa</b>	<b>Principais Resultados</b>
I	Bastos <i>et al.</i> , 2010	Estudo Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O preconceito foi interpretado como algo pertencente ao campo das ideias e possivelmente equivocado, podendo ser tanto positivo quanto negativo;</li> <li>- A discriminação foi atribuída ao plano dos comportamentos observáveis e com conotação invariavelmente negativa;</li> <li>- A interpretação de um evento como discriminatório foi influenciada por fatores subjetivos, como os interesses particulares e o grau de afetividade estabelecido entre os indivíduos;</li> <li>- Os limites entre o que foi interpretado como discriminatório ou não dependeu fortemente do contexto específico, em que ocorreu a interação entre os sujeitos;</li> <li>- Diferentes cenários e, eventualmente, mais do que motivação foram simultaneamente apontados nas experiências discriminatórias;</li> <li>- Os participantes se reconheceram tanto como vítimas quanto perpetradores de discriminação.</li> </ul>
J	Filho; Santos; Soares, 2010	Estudo Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Destaca-se a completa ausência de definições essencialistas do termo raça, num sentido pleno, explícito. Ou seja, não foram encontrados discursos que o definem como termo que nomeia grupos cujos membros compartilham entre si características morais, culturais e psicológicas determinadas biologicamente. Apresentaram-se, no entanto, definições em que o termo raça tem um significado biológico inequívoco, acompanhado, em pelo menos um caso, de termos que lembram o racismo;</li> </ul>

**Quadro 4 - Abrangência das instituições estudadas e principais resultados**

(Continuação)

<b>Identificação</b>	<b>Autores</b>	<b>Abrangência da(s) Instituição(ões) de Pesquisa</b>	<b>Principais Resultados</b>
J	Filho; Santos; Soares, 2010	Estudo Local	- Em determinado momento da entrevista, solicitávamos aos sujeitos que atribuísem significado aos seguintes termos quando aplicados a indivíduos no Brasil: branco, negro, pardo, mulato e moreno. Não foram observados discursos nos quais esses nomes apareçam como categorias usadas para nomear grupos sociais diferenciados em termos psicológicos ou morais em decorrência de características genéticas, ou seja, não foram encontrados discursos nos quais esses termos apareçam como nomes usados para nomear grupos caracterizados por uma essência racial.
K	Guimarães; Rios; Sotero, 2020	Estudo Nacional	- Ao que tudo indica, estudantes cotistas não negros não se organizam politicamente nas universidades em coletivos independentes ou algo que lhes remeta a determinada origem social. Talvez busquem evitar a marcação das cotas em sua trajetória acadêmica, o que sugere que o marcador racial se tornou atributo relevante no processo de diferenciação social no ensino de terceiro grau.

**Quadro 4 - Abrangência das instituições estudadas e principais resultados**

(Conclusão)

<b>Identificação</b>	<b>Autores</b>	<b>Abrangência da(s) Instituição(ões) de Pesquisa</b>	<b>Principais Resultados</b>
L	Silva; Skovsmose, 2019	Estudo Nacional	- A Universidade de São Paulo é uma das principais universidades da América Latina. Em 2013, a desigualdade racial entre os calouros era terrível. Aproximadamente 80% desses alunos eram brancos, enquanto 13% eram negros; - Dentro dos cursos menos concorridos da Universidade de São Paulo, o percentual de calouros negros era relativamente maior do que nos 10 melhores cursos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Desse modo, é possível observar que a maioria das pesquisas foram realizadas em universidades a nível local (A, B, C, F, H, I e J), enquanto outras propuseram abordagem estadual (E) e regional (G). Para o nível nacional (K e L), como também o internacional (D), os trabalhos refletem sobre políticas públicas de acesso às universidades como forma de combater o racismo estrutural.

Resultado relevante é o curso de medicina se destacar em possuir perfil elitista, acentuando-se como um dos principais ambientes de estudo e com grande prevalência de situações discriminatórias quanto à raça. As atuais políticas públicas de ingresso à universidade pela população negra apresentou pequenos avanços, mas, como evidenciado pelos demais estudos, o racismo estrutural referente ao pertencimento e às condições financeiras para dar continuidade à educação superior foram importantes obstáculos encontrados. Outra manifestação de discriminação que se sobressaiu foi o racismo velado, em que, em muitas ocasiões, os estudantes negros são discriminados por meio de expressões, omissão das universidades ou brincadeiras pejorativas.

É notório que a discriminação racial e o racismo adentram a realidade universitária de diversas formas e em diferentes contextos (Richer, 2020). Contudo, é perceptível de modo abrangente nos resultados que, dentre os estudos realizados no ambiente universitário, o curso de Medicina se destacou como um dos principais ambientes estudados (Cabral *et al.*, 2022). O acesso às universidades no Brasil vem de uma questão histórica de desigualdades e racismo,



por conta do período pós-colonial, e isso se torna ainda mais evidente em cursos como o de Medicina, caracterizado pelo perfil discente elitista e de maior prestígio socioeconômico, na qual é majoritariamente frequentado por brancos. Desta maneira, a análise do ingresso de estudantes negros nesse tipo de curso se apresentou como termômetro social para averiguar a efetividade das políticas de acesso e permanência de universitários negros no ensino superior (Araújo *et al.*, 2023).

Evidenciou-se, também, dificuldade de atenuação da problemática, uma vez que muitos indivíduos não reconhecem as atitudes racistas. O ambiente universitário pode ser bastante hostil e racista, isso ocorre pela questão histórica da escravidão no Brasil e no mundo. Assim, os alunos negros rotineiramente se encontram em local de vulnerabilidade, sendo sujeitos a piadas, apelidos, agressões psicológicas e até mesmo física, mas como historicamente existe dificuldade de reconhecer e identificar esse racismo, e acaba sendo encoberto pelas próprias vítimas, fazendo com que essa prática dificilmente seja combatida (Valério *et al.*, 2021).

Outrossim, é importante reiterar a ausência de entendimento sobre questões raciais pelos profissionais, sendo esses, muitas vezes, os precursores de falas racistas, principalmente em sala de aula. Posto isso, o estudo também aborda estratégias de proteção e apoio, como a criação de espaços coletivos de acolhimento, resgate e valorização da cultura negra. Essas práticas se justificam, pois há recusa ao racismo, que contribui para a naturalização (Gomes, 2021). Assim, os profissionais que desejem sair do lugar do imobilismo frente à questão racial, deverão, portanto, partir para a ação concreta, construindo práticas pedagógicas, acadêmicas e epistemológicas emancipatórias e antirracistas.

A prática da discriminação e racismo velado e naturalização da prática foram outros fatores discutido pelos autores (Nunes, 2014; Valério *et al.*, 2021). Logo, evidenciou-se que embora se compreenda que no Brasil existe racismo, quantitativo reduzido de pessoas admitem ser racistas, atitude que impossibilita a abertura de espaços para um diálogo sobre a temática e promoção de mudança de pensamentos. Por ser naturalizado, o preconceito seria difícil de conter, o que talvez não aconteceria com a discriminação. Ao mostrarem esta possível relação de avanço e de causa e efeito do preconceito para a discriminação, os indivíduos demonstraram preocupação para que esta relação de causalidade não fosse demonstrada na presença de outras pessoas (Bastos *et al.*, 2010). Ademais, o racismo no Brasil é velado e presente simultaneamente, esse fato pode ser comprovado pela ambiguidade do posicionamento dos participantes das pesquisas (Nunes, 2014).

A utilização e compreensão de alguns termos em específico foi contemplada por determinados artigos como forma de estabelecer relação com a prática de discriminação racial e racismo (Borret *et al.*, 2020). A concepção de preconceito foi como um entendimento geral ou superficial, precocemente estabelecido, que pode estar equivocado. Este foi pautado por

noções de normas, atuações e regras sociais, que resultam em conclusões inevitáveis quanto à fisionomia ou hábitos de alguém, em um primeiro momento. Os tipos de preconceito mencionados foram apresentados como percepções compartilhadas socialmente ou em grupos específicos, os pensamentos considerados preconceituosos foram naturalizados, e o preconceito foi compreendido como sócio-historicamente construído (Bastos *et al.*, 2010).

Em relação aos termos raça, racionalismo e antirracionalismo, para alguns, a conexão com posições racistas ocorre apenas com o termo "raça". Por isso, é essencial ter cautela ao associá-lo apenas à cor e aos traços físicos das pessoas, evitando, assim, a atribuição de uma essência racial, sendo um fato considerado negativo, visto que não realizam a comparação entre a raça/cor e posição social, tema que se tornou bastante evitado pela sociedade brasileira, entendendo-se desta maneira que negros, brancos e mestiços vivem em espaços homogêneos e pacíficos (Santos; Dias, 2022).

Um dos artigos selecionados retratava a questão da discriminação racial contra imigrantes africanos que estudavam no Brasil (Alves; Casali, 2021). Deste modo, os autores salientam sobre a invisibilidade dos africanos no Brasil, ampliando assim o racismo por parte dos brasileiros. A solidão racial vivenciada na universidade é outro ponto considerado em razão da falta de identificação com a cultura brasileira. Destarte, evidencia-se no estudo o despreparo da universidade na recepção dos estudantes imigrantes, dificultando o acesso e a permanência desses indivíduos.

#### Quadro 5 - Descrição dos estudos incluídos na revisão

(Continua)

<b>Identificação</b>	<b>Autores/Ano</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Idioma/País</b>	<b>Nível de Evidência</b>
A	Souza <i>et al.</i> , 2020	Verificar alterações no perfil racial e social dos ingressantes deste curso (Medicina) nos cinco primeiros anos de implementação da política (Lei nº 12.711/2012), com o corpo discente da Faculdade de Medicina de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro.	Inglês/ Brasil	VI
B	Oliveira Valério <i>et al.</i> , 2021	Compreender os impactos do racismo na participação social de estudantes negras na universidade e as formas de enfrentamento, tomando a realidade de uma universidade do estado de Alagoas – Brasil.	Português/ Brasil	VI
C	Santana <i>et al.</i> , 2019	Investigar em que medida as Instituições de Ensino voltadas à formação inicial dos trabalhadores da saúde respondem às prerrogativas existentes nos marcos normativos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).	Português/ Brasil	VI

**Quadro 5 - Descrição dos estudos incluídos na revisão**

(Conclusão)

<b>Identificação</b>	<b>Autores/Ano</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Idioma/País</b>	<b>Nível de Evidência</b>
D	Carrijo <i>et al.</i> , 2022	Discutir possíveis ações de combate ao racismo como causa raiz das iniquidades em saúde no Brasil e no mundo.	Inglês/ Brasil	VII
E	Fredrich <i>et al.</i> , 2022	Desvelar as formas de manifestação do racismo na graduação de Medicina, na perspectiva discente, e compreender como estudantes de Medicina negros/as enfrentam o racismo.	Português/ Brasil	VI
F	Bezerra; Alves, 2022	Compreender a trajetória, a construção da identidade e as demandas de jovens imigrantes africanos estudantes universitários.	Português/ Brasil	VI
G	Cabral <i>et al.</i> , 2022	Analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação em Medicina, do Nordeste brasileiro, e suas interfaces com conteúdos que contribuam para a formação médica no enfrentamento das iniquidades da saúde da população negra.	Português/ Brasil	VI
H	Nunes <i>et al.</i> , 2010.	Analisar as falas de estudantes universitários sobre o racismo no Brasil.	Português/ Brasil	VI
I	Bastos <i>et al.</i> , 2010	Compreender experiências de discriminação vividas por jovens universitários e analisar a aplicação à construção de escala brasileira de discriminação.	Português/ Brasil	VI
J	Filho; Santos; Soares, 2010	Evidenciar o conflito e as tensões entre racialismo e antirracismo no mundo subjetivo desses estudantes e refletir sobre as consequências sociais dos argumentos mobilizados em discursos.	Português/ Brasil	VI
K	Guimarães; Rios; Sotero, 2020	Analisar estratégias, organização, perfis e discursos em coletivos atuantes em três universidades para propor hipóteses interpretativas sobre a formação de novas identidades negras no Brasil.	Português/ Brasil	VII
L	Silva; Skovsmose, 2019	Interpretar as ações afirmativas, tendo como referência a violência estrutural, que vem acompanhada de discursos legitimadores que tendem a fazer com que a discriminação pareça natural e inquestionável.	Inglês/Brasil	VII

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O Quadro 5 expõe a respeito da problemática investigada, 41,66% dos estudos buscaram analisar o desenvolvimento e a implementação de políticas para o acesso e a permanência da população negra nas universidades públicas (D, F, H, I e L). Além disso, salienta-se que o

mesmo percentual de estudos, 41,66%, averiguaram as manifestações do racismo e da discriminação racial e como os estudantes negros enfrentaram essas situações (B, E, G, J e K). Destarte, 16,68% investigaram como as experiências discriminatórias geraram impactos na vida acadêmica e social de estudantes universitários negros (A e C).

Com isso, observam-se os principais resultados no Quadro 6, os quais foram categorizados em três grandes áreas para melhor apresentação dos resultados dos estudos.

**Quadro 6 - Apresentação da categorização dos resultados dos estudos selecionados**

<b>Códigos</b>	<b>Descrição da categoria</b>	<b>Trabalhos que mencionam a categoria</b>	<b>Total de trabalhos</b>
<b>R (a)</b>	Políticas desenvolvidas e implementadas pela universidade	D, F, H, I e L	5
<b>R (b)</b>	Impactos da discriminação racial e racismo na vida acadêmica e social	B, E, G, J e K	5
<b>R (c)</b>	Manifestações de racismo e formas de enfrentamento	A e C.	2

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

### **5.1 Políticas desenvolvidas e implementadas pela universidade**

Nesta categoria, vê-se as políticas desenvolvidas e implementadas pelas universidades, em que é visto que, ao se promover ambiente educacional, o processo de ensino-aprendizagem é pautado na integralidade do cuidado e na equidade racial, e é preciso reconhecer o racismo como fator que atravessa a construção de subjetividade de toda a população brasileira, então, para sistematizar o ensino de relações étnico-raciais no currículo, uma matriz de competência deve ser proposta (Carrijo *et al.*, 2022).

Observação importante é que as universidades que acolhem jovens negros africanos precisam incorporar estratégias eficazes para recepção e adaptação de alunos imigrantes, com base na compreensão de que as demandas em decorrência da falta de apoio institucional podem impactar o cotidiano, a saúde e o aproveitamento acadêmico dos estudantes imigrantes. Como consequência do eurocentrismo e do epistemicídio, provocado pelo sistema mundo-moderno, a presença de estudantes africanos evidenciar o desconhecimento da África por parte dos brasileiros, isso instiga uma nova política a ser implementada e que seja resolutiva (Bezerra; Alves, 2022).

Em um dos estudos, a entrevista foi uma estratégia utilizada para realização da pesquisa, e foi possível perceber em análises de entrevistas que o posicionamento não racista foi raro. As categorias elaboradas foram sobre: a sutileza do racismo; as brincadeiras racistas; a culpabilização da vítima; as cotas raciais; e, finalmente, a falsa neutralidade na abordagem do tema. A análise total de cada entrevista mostrou que algumas falas não racistas poderiam ser classificadas como “discurso politicamente correto” e, foram, então, apresentadas na categoria referente à “pseudoneutralidade”, que confrontou tentativas de parecer neutro em relação ao racismo e às falas dos mesmos entrevistados que denunciavam essa tentativa como falsa. Outras falas que poderiam ser classificadas como não racistas eram no sentido de denunciar o racismo notado nos outros e foram analisadas na categoria referente à percepção do racismo (Nunes *et al.*, 2010).

Ao seguir para a interpretação do preconceito, o mesmo foi visto como algo pertencente ao campo das ideias e possivelmente equivocado, podendo ser tanto positivo quanto negativo, já a discriminação foi atribuída ao plano dos comportamentos observáveis e com conotação invariavelmente negativa. A interpretação de um evento como discriminatório foi influenciada por fatores subjetivos, como os interesses particulares e o grau de afetividade estabelecido entre os indivíduos. Os limites entre o que foi interpretado como discriminatório ou não dependeu fortemente do contexto específico em que ocorreu a interação entre os sujeitos. Diferentes cenários e, eventualmente, mais do que uma motivação foram simultaneamente apontados nas experiências discriminatórias. Os participantes se reconheceram tanto como vítimas quanto perpetradores de discriminação. Isso vai de encontro com o que a política pode oferecer e implementar para que o cenário seja retificado (Bastos *et al.*, 2010).

A Universidade de São Paulo (USP) é uma das principais universidades da América Latina e, em 2013, a desigualdade racial entre os calouros era relevante. Aproximadamente 80% desses alunos eram brancos, enquanto 13% eram negros. Dentro dos cursos menos concorridos da Universidade de São Paulo, o percentual de calouros negros era relativamente maior do que nos 10 melhores cursos. Isso pode ser discutido com a funcionalidade da política de cotas raciais dentro das universidades, o que pode facilitar essa situação e educar a sociedade racista (Silva; Skovsmose, 2019).

Ademais, em 2013, a desigualdade racial entre os calouros da USP era considerável. Aproximadamente, 80% desses alunos eram brancos, os estudantes negros ocupavam apenas 13% e estavam inseridos nos cursos menos concorridos da instituição, o percentual de calouros

negros era relativamente maior do que nos dez melhores cursos. Em contrapartida, em 2018, em estudo realizado no curso de Medicina da UNICAMP, também em São Paulo, em relação à etnia, 77,5% eram brancos. No aspecto da etnia, houve diferença estatística significativa, no primeiro ano predominando 22,6% de pardos e 6,6% de negros, ao passo que o terceiro ano variou por ter 15,5% de amarelos, e, no sexto ano, houve predominância de 90,3% de brancos ( $p < 0,001$ ). Esta maior porcentagem de alunos pardos e negros no primeiro ano em comparação ao terceiro e sexto se associou ao impacto das políticas de inclusão (Silva *et al.*, 2018).

Dessa forma, alguns autores, ao analisarem o sistema de cotas proposto pela Lei de Ação Afirmativa (Lei nº 1.711/2012), concluíram que essa política pública possui diversas lacunas na implementação. Assim, é necessário que as universidades identifiquem os perfis socioeconômico e raciais de estudantes, visando revelar novas dimensões na avaliação dos resultados de projetos pedagógicos e curriculares, em um processo de constante reavaliação e adequação (Valério *et al.*, 2021; Souza *et al.*, 2020).

A existência de projetos pedagógicos dos cursos de Medicina das universidades federais da Região Nordeste e a relação com a construção de uma educação médica antirracista foi outro quesito analisado (Cabral *et al.*, 2022). Embora a população nordestina seja majoritariamente negra, ainda existe considerável negligência em relação às iniquidades da saúde. Outro estudo explorou o total de 23 projetos pedagógicos dentre as 13 universidades participantes da pesquisa e foi observada a presença de disciplinas, sejam elas obrigatórias ou optativas, associadas a contextos históricos, cultural étnico-racial e a relação com o processo saúde-doença. No entanto, o estudo também ressaltou escassez nas propostas de internato e programa de extensão voltadas principalmente para a saúde da população negra.

A discussão de políticas de enfrentamento do racismo e discriminação racial nas universidades é de extrema importância por diversos motivos: a) Promoção da igualdade racial: as universidades são espaços de formação de indivíduos e de produção de conhecimento, portanto é fundamental que sejam espaços inclusivos e que promovam a igualdade racial em todos os seus âmbitos; b) Combate à exclusão e discriminação: o racismo e a discriminação racial são realidades presentes nas instituições de ensino superior e muitas vezes prejudicam o acesso, permanência e sucesso de estudantes negros e indígenas dentro das universidades. A discussão e implementação de políticas de enfrentamento do racismo são fundamentais para combater essas formas de exclusão e discriminação; c) Representatividade e diversidade: é importante que as universidades promovam a representatividade e a diversidade em espaços, estimulando a presença de estudantes, professores e funcionários negros e indígenas. Isso

contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo e plural e d) Reflexão e conscientização: a discussão de políticas de enfrentamento do racismo e discriminação racial nas universidades promove a reflexão e a conscientização sobre a importância de combater essas formas de preconceito e discriminação.

Portanto, a discussão e implementação de políticas de enfrentamento do racismo e discriminação racial nas universidades são fundamentais para promover a inclusão, a igualdade e a diversidade dentro dessas instituições, contribuindo para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **5.2 Impactos da discriminação racial e racismo na vida acadêmica e social**

Na categoria b, apresentam-se os impactos da discriminação racial e do racismo na vida acadêmica e social. Portanto, é possível notar que alunos que sofrem discriminação racial têm desafios para “acompanhar” os demais alunos. As experiências de preconceito e discriminação vivenciadas por elas se manifestam, em maioria, de forma velada, por meio de olhares ou modos de tratamento (OliveiraValério *et al.*, 2021).

Ademais, em relação aos sentimentos negativos despertados nos alunos da pesquisa, os mesmos relataram dor, autocobrança, impotência, inferioridade, insegurança, sensação de não pertencimento, nervosismo, pessimismo, raiva, revolta, baixa autoestima, solidão, angústia, tristeza, vergonha, preocupação com o futuro profissional, medo e fenômeno do impostor. As reações ao racismo vivenciado pelos/as estudantes negros/as de Medicina envolveram estratégias individuais e coletivas. Dentre as individuais, citam-se: alterar a aparência com o objetivo de embranquecimento, empenhar-se mais nos estudos, ignorar as situações de racismo, evidenciar as conquistas pessoais aos colegas e buscar apoio psicológico (Fredrich *et al.*, 2022).

É notório para Cabral *et al.* (2022), que para o fomento de uma educação médica antirracista, urge a formação pautada na práxis dialógica, humanista, crítico-reflexiva e ética em saúde. Estudiosos de uma epidemiologia social crítica, pesquisadores do grupo de trabalho Racismo e Saúde e teóricos militantes de movimentos negros sugerem que é preciso promover debates raciais em saúde mais consistentes, que privilegiem a afirmação do lugar da negritude como protagonista na construção de saberes.

Pode-se destacar, também, a completa ausência de definições do termo “raça”. Não foram encontrados discursos que o definem como termo que nomeia grupos cujos membros compartilham entre si características morais, culturais e psicológicas determinadas

biologicamente. Apresentaram-se, no entanto, definições em que o termo raça tem significado biológico inequívoco, acompanhado, em pelo menos um caso, de termos que lembram o racialismo. Em determinado momento da entrevista do estudo, foi solicitado aos sujeitos que atribuíssem significado aos seguintes termos quando aplicados a indivíduos no Brasil: branco, negro, pardo, mulato e moreno. Não foram observados discursos nos quais esses nomes apareçam como categorias usadas para nomear grupos sociais diferenciados em termos psicológicos ou morais, em decorrência de características genéticas, ou seja, não foram encontrados discursos nos quais esses termos apareçam como nomes usados para nomear grupos caracterizados por uma essência racial (Filho; Santos; Soares, 2010).

Por conseguinte, é revelado que estudantes cotistas não negros não se organizam politicamente nas universidades em coletivos independentes ou algo que lhes remeta à determinada origem social. Talvez, busquem evitar a marcação das cotas na trajetória acadêmica, o que sugere que o marcador racial se tornou atributo relevante no processo de diferenciação social. Ou seja, as cotas existem, funcionam, porém, servem de cisão social, o que pode acarretar discriminação e sofrimento mental (Guimarães *et al.*, 2020).

Ademais, nota-se que várias são as dificuldades encontradas pelos alunos negros ao permanecerem na universidade, que pode ser tanto pela questão de sofrer discriminação racial, como também pela questão da dificuldade financeira (Valério *et al.*, 2021). Dados de um outro estudo sobre a raça e a renda desses estudantes indicam que entre os 10% mais pobres do país, 70% são negros (Souza *et al.*, 2020). Além disso, o estudo mostra que a maioria dos alunos negros que ingressam na universidade vem de escolas públicas, o que evidencia as dificuldades desses estudantes em entrar e se manter no ensino superior (Souza *et al.*, 2020).

A dificuldade de permanência no ambiente universitário é outro revés evidenciado, tendo em vista que muitos estudantes são provenientes de regiões mais distantes da instituição e, concomitante a isso, as dificuldades financeiras de manutenção da estadia em outra cidade emergem como mais um obstáculo encontrado. Somado a isso, a escassez de ações afirmativas e de representatividade, seja em movimentos sociais, grupos de estudo e pesquisa ou corpo docente, também se demonstrou como pontos negativos da educação superior (Alves; Casali, 2021; Borret *et al.*, 2020).

Na mesma linha de pensamento, destaca-se, também, o impacto do sistema nacional de classificação racial. Afirmar que a cor da pele coloca o estudante em contextos educacionais desiguais vai contra a promoção de um ambiente educacional que se estabelece por meio de um processo de ensino-aprendizagem baseado na equidade racial (Carrijo *et al.*, 2022). Ao partir



do preceito das discussões para o combate do racismo como causa raiz das desigualdades no Brasil, o racismo estrutural dentro do âmbito universitário é um problema que abrange o âmbito interpessoal, comportamental, sendo questão estruturante das relações sociais, que na intersecção com o gênero e a classe demarca lugares sociais distintos para os estudantes negros. Ademais, o autor afirma que as desigualdades sociais, de maneira distinta das diferenças sociais, têm por base um juízo de superioridade e inferioridade entre grupos, camadas ou classes sociais (Borret *et al.*, 2020; Carrijo *et al.*, 2022).

Na sociedade como um todo, a discriminação racial e o racismo criam divisões e desigualdades que perpetuam a injustiça e a exclusão. A ausência de diversidade e representatividade em diferentes áreas, como a política, a mídia e o mercado de trabalho, é resultado direto dessas práticas discriminatórias. Isso torna mais difícil a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária e justa, em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades e sejam tratadas com respeito e dignidade.

É fundamental combater a discriminação racial e o racismo em todas as formas, de modo a promover a educação antirracista, a conscientização e a criação de políticas públicas que garantam a igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente da cor de pele. Assim, poder-se-á construir uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa, em que a diversidade seja valorizada e celebrada.

### **5.3 Manifestações de racismo e formas de enfrentamento**

Nesta categoria, vê-se sobre as manifestações de racismo e discriminação e as formas de enfrentamento. Portanto, o sistema de cotas de acesso à universidade fundamentado na subordinação da categoria raça/cor à classe social se demonstrou falho em incluir não brancos no curso de Medicina analisado, sobressaltando, assim, as manifestações de racismo sofridas pelos alunos negros e cotistas (Souza *et al.*, 2020).

A despeito do relevante marco normativo produzido nos últimos 15 anos sobre a saúde integral da população negra, a temática ainda encontra um conjunto de dificuldades de consolidação no currículo dos cursos de formação dos profissionais de saúde, como estratégia de enfrentamento a essas situações e um ponto de apoio àquele vulneráveis a este sofrimento, frequente referência à obrigatoriedade “imposta” pelo Ministério da Educação, ao invés do reconhecimento da importância, como justificativa para inserção do tema no currículo prescrito dos cursos (Santana *et al.*, 2019).

À vista disso, os autores também propõem estratégias de enfrentamento ao racismo, tendo como fator primordial o reconhecimento da existência dessa prática, para que assim se torne possível combatê-la. O apoio às vítimas é outro aspecto apontado, considerando propor ambiente acolhedor que propicie segurança para realização de denúncias por parte das vítimas. Embora a lei favoreça o acesso às instituições de ensino, isso não significa que o debate sobre as cotas se encerrou. A garantia jurídica ao acesso é apenas o primeiro passo, sendo necessário um conjunto de ações afirmativas adicionais que favoreçam a permanência desses alunos em condições dignas (Modesto *et al.*, 2017). Essas ações possibilitariam que os discentes negros se sentissem assegurados pelas instituições que fazem parte, tornando a Lei 1.711/2012 mais efetiva, não somente no ingresso, mas, na permanência e continuidade no ambiente acadêmico.

Outrossim, os achados na literatura científica evidenciaram as inúmeras manifestações e enfrentamento do racismo e discriminação racial. Essa problemática se faz presente no cenário acadêmico, sendo internalizado nos indivíduos, com os estereótipos atribuídos às pessoas negras, ocasionando tratamentos distintos se comparados a uma pessoa branca nas mesmas condições. Como consequência, os estudantes estão expostos a diversos sentimentos prejudiciais à saúde mental, como excesso de autocobrança, impotência, inferioridade, entre outros (Fredrich *et al.*, 2022). Outros trabalhos, também, evidenciam que se trata de uma experiência dolorosa, fonte de tristeza e sofrimento, que muitas vezes as levam ao isolamento social, a fim de evitar os agressores e a repetição da violência, influenciando negativamente a saúde mental das vítimas (Santos; Dias, 2022).

Diante desse cenário alarmante, é preciso agir e enfrentar o racismo de forma enérgica e eficaz. O combate ao racismo deve começar pela conscientização e educação, por meio de campanhas de sensibilização, palestras e debates sobre a importância da diversidade e da igualdade racial. É fundamental promover a inclusão e a representatividade de pessoas negras e de outras etnias minoritárias em todos os espaços da sociedade, garantindo oportunidades de emprego, acesso à educação e saúde de qualidade, entre outros direitos básicos.

Além disso, é preciso fortalecer as leis e as políticas públicas de enfrentamento ao racismo, garantindo a punição dos agressores e a reparação dos danos causados às vítimas. Também, é fundamental fomentar a criação de espaços seguros e acolhedores para as pessoas negras e de outras etnias minoritárias, em que possam se expressar livremente, sem medo de sofrer discriminação.

O combate ao racismo não é tarefa fácil, mas é urgente e necessário para construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. É preciso unir forças, solidariedade e empatia

para enfrentar as manifestações de racismo em todas as formas, promovendo o respeito à diversidade e o reconhecimento da dignidade e dos direitos de todas as pessoas, independentemente da cor da pele ou origem étnica. Juntos, pode-se construir um mundo mais justo e humano, em que o racismo e o preconceito não tenham mais espaço.

## 6 CONCLUSÕES

A partir do exposto, ratifica-se que o racismo no Brasil é de origem histórica, o qual adveio desde as raízes da humanidade, intensificando-se na época da escravidão e perpetuando-se até hoje na sociedade, e a desigualdade racial causa impacto negativo em vários âmbitos da sociedade moderna, a exemplo disso é a entrada de alunos negros nas universidades e os inúmeros desafios enfrentados por esse público. O aumento de negros integrando as universidades brasileiras é uma realidade vivente no Brasil, entretanto, ainda são notórias as questões e dificuldades relacionadas a essa temática.

Portanto, diante da problemática, foram encontradas 766 produções nas bases de dados científicas, mas somente 12 foram utilizadas neste estudo, depois de passarem pelos critérios de inclusão e exclusão.

De maneira geral, as obras tinham como principais assuntos abordados três temas, sendo eles: Políticas desenvolvidas e implementadas pela universidade (41,66%), Impactos da discriminação racial e racismo na vida acadêmica e social (41,66%) e Manifestações de racismo e discriminação e formas de enfrentamento (16,68%). As obras buscam mostrar os casos de racismo pelos relatos dos estudantes que sofrem essa discriminação racial e como esses alunos lidam com isso. Além disso, buscou evidenciar que o racismo se perpetua na vida desses estudantes e afeta diretamente no desempenho acadêmico e na vida social deles.

Assim, foi possível perceber a limitação do estudo quando o número de estudos destacados se torna tão pouco para uma temática tão relevante.

Dessa forma, compreende-se que é necessário ampliar essa abordagem, para que a população possa entender como é a realidade dos universitários negros no contexto atual que enfrentam as dificuldades citadas anteriormente, com o fito na conscientização para atenuação da problemática e solução, buscando o aumento do número de acadêmicos negros.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A. E. V. Re-Existências: Notas De Uma Antropóloga Negra Em Meio A Concursos Públicos Para O Cargo De Magistério Superior. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 64, n. 3, p. e189647, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/%2010.11606/1678-9857.ra.2020.189647>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/189647/176584>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALVES, V. K.; CASALI, C. Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade. **Revista Contemporânea de Educação**, [S.l.], v. 16, n. 37, p. 28-45, 22 dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v16i37.45110>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/45110>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- ARAÚJO, W. C. O. Recuperação da informação em saúde: construção, modelos e estratégias. **Convergências em Ciência da Informação**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 100-134, jul. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52993>. Acesso em: 31 out. 2023.
- ARAÚJO, E. P.; AZEVEDO, B. B.; COSTA FILHO, F. C. M.; MACHADO, E. G. O acesso do negro à graduação em medicina como ferramenta antirracista uma revisão bibliográfica. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 18, n. 45, p. 465–481, 2023. DOI: 10.48075/educare.v18i45.30960. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/30960>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- BARROS, S. *et al.* Atenção À Saúde Mental De Crianças E Adolescentes Negros E O Racismo. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 26, p. e210525, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/sGnqjTfwzdJpdhrVGT7qFtf/#>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- BASTOS, A. A.; SCHWARZKOPF, A. J. L. Implementação da política afirmativa para a população negra em três universidades públicas do Sul do Brasil: uma longa caminhada. **Praxis Educativa**, [S.l.], v. 17, p. 1-25, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/praxeduc.v.17.19406.046>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19406/209209216566>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BASTOS, J. L. *et al.* Age, class and race discrimination: their interactions and associations with mental health among brazilian university students. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 175-186, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00163812>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3KQynDhm8MZ934chDz5xTCp/?lang=en#>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BASTOS, J. L. *et al.* Experiências de discriminação entre universitários do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 28–38, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/LfGw7jvDSM7grVSY4SShz7f/?lang=pt#>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BORRET, R. H. *et al.* Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista. **Revista Brasileira de Educação Médica**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 1-7, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200405>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/WXBd8cr76HZw9MhrcYNwMtP/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850.

BRASIL. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 147, 1871.

BRASIL. Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885. Regula a extinção gradual do elemento servil. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 14, 1886.

BRASIL. **Lei nº 5.465, de 3 de Julho de 1968**. Publicação Original [Diário Oficial da União de 04/07/1968] (p. 5537, col. 1). Brasília: Presidência da República, 1968.

BRASIL. **Lei 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: Diário Oficial, 2010a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010b. 56 p.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 14.532, de 11 de Janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Brasília.

CABRAL, M. P. G. *et al.* Educação médica, raça e saúde: o que falta para a construção de um projeto pedagógico antirracista? **Revista Brasileira de Educação Médica**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. e133, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v46.3-20210343>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/nFbLbgKQsSnJxgJftLWdkmg/#>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CAMINO, L. *et al.* Repertórios discursivos contemporâneos sobre as desigualdades raciais no Brasil: um estudo com estudantes paraibanos de pós-graduação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 113–122, 2013.

CARNEIRO, D.; SHIRASU, M.; IRFFI, G. Identificando a discriminação racial pelo diferencial de desempenho dos estudantes do Ensino Médio. **Brazilian Journal Of Political Economy**, [S.l.], v. 43, n. 2, p. 499-515, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572023-3326>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/BnFsqgB94FpX7MqzSZzKWMD/?lang=pt#>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CARNEIRO, L.A.V.; BRIDI, F.R.S. Políticas Públicas De Ensino Superior No Brasil: Um Olhar Sobre O Acesso E A Inclusão Social. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação Araraquara**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 146158, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.21723/riaee.v15i1.12059>. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12059/8802>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CARRIJO, A. P. B. *et al.* Teaching of the Black Population's Health: anti-racist lenses for a paradigm shift to address racial inequities. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, EUA, v. 19, n. 24, p. 16784, 2022. MDPI AG.

<http://dx.doi.org/10.3390/ijerph192416784>. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9779734/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CARVALHO, D. M. S.; FRANÇA, D. X. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Revista Educação & Formação**, [S.l.], v. 4, n. 3, 2019, p. 148-168. DOI: <http://doi.org/10.25053/redufor.v4i12.974>. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/5858/585861585008/585861585008.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CARVALHO, R. F. *et al.* Race and Mental Health in Higher Education: A systematic review. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 10, n. 9, p. e47710918369, 2021. DOI:

<http://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18369>. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18369>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DANTAS, H. L. L. *et al.* Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. **Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem**, [S.l.], v. 12, n. 37, p. 334-345, 13 mar. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.24276/rrecien2022.12.37.334-345>. Disponível em:

<https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/575>. Acesso em: 31 out. 2023.

FAERSTEIN, E. *et al.* Race and perceived racism, education, and hypertension among Brazilian civil servants: the pró-saúde study. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 81-87, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4503201400060007>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/JqKKB8BLMYn97HL8GCYFsVw/?lang=en#>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FREDRICH, V. C. R.; COELHO, I. C. M.; SANCHES, L. C. Desvelando o racismo na escola médica: experiência e enfrentamento do racismo pelos estudantes negros na graduação em medicina. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2022. Semestral. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-ojs421>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/kZHZN7qXTLVjYXnc7HP/?lang=pt#>. Acesso em: 04 out. 2023.

GALVÃO, T.F.; PANSINI, T.S.A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. :335-342, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>. Acesso em: 20 mai. 2023.

GOMES, N. L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, [S. l.], v. 33, n. 59, 2021. DOI: 10.7213/1980-5934.33.059.DS06. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991>. Acesso em: 22 abr. 2024.

GUIMARÃES, A. S. A.; RIOS, F.; SOTERO, E. Coletivos negros e novas identidades raciais. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 309–327, maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vWCWgfkQDBqTLWVVJLgzjCN/#>. Acesso em 15 abr. 2024.

JELSMA, E.; CHEN, S.; VARNER, F. Working Harder than Others to Prove Yourself: high-effort coping as a buffer between teacher-perpetrated racial discrimination and mental health among black american adolescents. **Journal Of Youth And Adolescence**, [S.l.], v. 51, n. 4, p. 694-707, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10964-021-01563-4>. Disponível em: <https://www.ncbi-nlm-nih.ez114.periodicos.capes.gov.br/pmc/articles/PMC8930523/>. Acesso em: 05 out. 2023.

JOCHMAN, J. C. *et al.* Mental Health Outcomes of Discrimination among College Students on a Predominately White Campus: a prospective study. **Socius: Sociological Research for a Dynamic World**, [S.l.], v. 5, p. 1-25, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/2378023119842728>. Disponível em: <https://pubmed-ncbi-nlm-nih.ez114.periodicos.capes.gov.br/31819906/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

LOPES, G. **A questão racial no Brasil: igualdade legal x desigualdade real**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. 190 p.

LUI, F.; ESPINOSA, A.; ANGLIN, D. M. Latent class analysis of racial microaggressions and institution-specific racial discrimination at a U.S. minority-serving university: implications for mental health and coping.. **American Journal Of Orthopsychiatry**, [S.l.], v. 92, n. 6, p. 657-672, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/ort0000642>. Disponível em: <https://pubmed-ncbi-nlm-nih.ez114.periodicos.capes.gov.br/36048128/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MENDES, K. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Curitiba, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-07072008000400018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>. Acesso em: 31 out. 2023.

MENEZES, A. A. S. *et al.* Racial-Based Bullying and Substance Use: a brazilian national cross-sectional survey among students. **Journal Of Racial And Ethnic Health Disparities**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 1441-1454, 16 maio 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s40615-022-01330-6>. Disponível em: <https://www.ncbi-nlm-nih.ez114.periodicos.capes.gov.br/pmc/articles/PMC9109669/>. Acesso em: 10 dez. 2023.



MODESTO, J. G. *et al.* Racismo e Políticas Afirmativas: evidências do modelo da discriminação justificada. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, p. 1-8, 2017.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3353>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/sbhWZmDQdDhHbSbWQsCvbJVL/#>. Acesso em: 10 dez. 2023.

NUNES, S. S. Racismo contra negros: sutileza e persistência. **Rev Psicol Polít.**, São Paulo, v. 14, n. 29, p. 101-121, 2014. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2014000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000100008&lng=pt&nrm=iso).

Acesso em: 22 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD. 2022. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=36982&t=resultados>.

Acesso em: 05 out. 2023.

POMPEO, D. A.; ROSSI, L. A.; GALVÃO, C. M.. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 434-438, 2009.

PRADO, E. C.; SILVA, F. C. Política de ação afirmativa e as relações raciais na educação: o caso das cotas raciais da universidade federal de alagoas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, n. 1, p. 1-22, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.78267>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/Qyd9Pxt4wxSpt9NYxgdh6Rt/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.

RICHER, R. **A UNE e a questão racial**. 2020. 168F. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638958>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SALAMEH, J.-P. *et al.* Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis of diagnostic test accuracy studies (PRISMA-DTA): explanation, elaboration, and checklist.

**Bmj**, [S.l.], 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.m2632>. Disponível em:

<https://www.bmj.com/content/370/bmj.m2632.abstract>. Acesso em: 31 out. 2023.

SANTOS, V. C.; DIAS, A. B. Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 42, p. e235483, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003235483>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/KMq6vJbgrskFZgCGRpsFpPc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em:

15 abr. 2024.

SILVA, M. L. A. M. *et al.* Influência de Políticas de Ação Afirmativa no Perfil Sociodemográfico de Estudantes de Medicina de Universidade Brasileira. **Revista Brasileira de Educação Médica**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 36-48, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1981-52712015v42n3RB20170090r2>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbem/a/6wntGfjqCQXFgDM3r8gzM6p/#>. Acesso em 15 abr. 2024.

SOUZA, P. G. A. *et al.* Socio-Economic and Racial profile of Medical Students from a Public University in Rio de Janeiro, Brazil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. e090, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.3-20190111.ING>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/y8h6fFZnzSTMxBdzBNNC8nd/?lang=en#>.

Acesso em 15 abr. 2024.

TECHIO, E. M. *et al.* Cuotas raciales: un estudio sobre las representaciones sociales de universitarios y no universitarios. **Actualidades En Psicología**, [S.l.], v. 33, n. 126, p. 33-49, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.15517/ap.v33i126.30982>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1088572>. Acesso em: 10 dez. 2023.

URSI, E. S. **Prevenção de lesões de pele no perioperatório**: revisão integrativa da literatura. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: 10.11606/D.22.2005.tde-18072005-095456. Acesso em: 31 out. 2023.

VALÉRIO, A. C. O. *et al.* Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 29, p. e3007, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2278>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/fbwzQ9vmJtzyhwMmxGgyNwy/?lang=pt#>. Acesso em: 13 jul. 2023.

**ANEXO A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ADAPTADO**

(Validado por Ursi, 2005)

<b>A. Identificação</b>	
<b>Título do artigo:</b>	
<b>Título do periódico:</b>	
<b>Autores</b>	<b>Nome:</b>
	<b>Titulação:</b>
<b>País:</b>	
<b>Idioma:</b>	
<b>Ano de publicação:</b>	
<b>B. Periódico de publicação:</b>	
<b>C. Características metodológicas do estudo:</b>	
<b>1. Tipo de publicação</b>	<b>1.1 Pesquisa</b>
	( ) <b>Abordagem quantitativa</b>
	( ) <b>Abordagem qualitativa</b>
	<b>1.2 Não pesquisa</b>
	( ) <b>Revisão de literatura</b>
	( ) <b>Relato de experiência</b>
	( ) <b>Outras</b>
<b>2. Objetivo ou questão de investigação:</b>	
<b>População de estudo:</b>	
<b>Resultados:</b>	
<b>Conclusões:</b>	

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, Luana Monteiro Rodrigues, graduada em Letras, pela Universidade Federal do Ceará, portadora do registro profissional nº 47862817/SEDUC-CE, realizei a revisão linguística e a formatação, conforme ABNT 6023/2023, do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Discriminação racial em estudantes: revisão integrativa**, sob autoria de Letícia Mara Cavalcante Lima e orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliany Nazaré Oliveira, apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem do Centro da Saúde da Universidade Estadual Vale do Acaraú, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Fortaleza, 2 de junho de 2024.



Prof.<sup>a</sup> Luana Monteiro Rodrigues  
Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC).  
Especialista em Ensino de Língua Materna (UECE).  
Especialista em Gestão Escolar (UECE).  
Mestra em Ensino da Língua Portuguesa (UFC).  
Portadora do Registro Profissional nº. 47862817/SEDUC-CE. E-mail: [rodrigues.esp@gmail.com](mailto:rodrigues.esp@gmail.com)/ [luanamonteiro22@hotmail.com](mailto:luanamonteiro22@hotmail.com)  
Fone 85 984046530